

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Limite do PPS ^{elei co} é o PFL ^{presidencial}

Guardião das regras de conduta – tradução opcional para “impositor da linha justa” – dentro do PPS, o senador Roberto Freire decretou um alto lá nas filiações paulistas patrocinadas pelo professor de Harvard Roberto Mangabeira Unger, e agora faz um aviso geral aos navegantes: “Quem pensar que vai entrar no partido para fazer o que quer, pode bater em outra porta porque aqui as diretrizes estão preestabelecidas e têm de ser seguidas.”

Isso nem de longe quer dizer que o senador esteja pensando em fechar as portas do PPS aos atraídos apenas pelo sucesso da candidatura de Ciro Gomes à presidência da República. O partido não tem preconceitos, mas estabelece que seu limite é a adesão do PFL, que nem Freire nem Ciro aceitam.

Roberto Freire não é dado a esses ressentimentos, muito menos fica remoendo mágoas contra quem não aderiu antes de o PPS ter produto de boa aceitação para oferecer na praça.

Ao contrário, prefere administrar a abundância que a escassez: “O risco do inchaço é muito melhor que a situação anterior em que o risco era o de o partido minguar”, resume o senador, tocando num ponto-chave para legendas pequenas que se apóiam em candidaturas fortes e se tornam, com isso, estuários do que tem de bom, mas também daquilo que existe de pior na política.

A rejeição ao PFL, por exemplo, prende-se ao fato de o partido sempre ter servido a todos os senhores. “É clientelista e fisiológico, foi oposição apenas durante o governo Itamar, mas por um período muito curto e não teve tempo de aprender”, aponta o senador.

Donde se conclui que, eleito Ciro – hipótese a respeito da qual Roberto Freire já fala com certeza de campeão –, ao PFL estará reservado o cardápio de pão e água.

O mesmo já não se pode dizer do PMDB. Freire faz questão de lembrar que já estão feitas diversas alianças com peemedebistas para as eleições municipais e não exclui o partido da coalizão que, segundo ele, sustentará o governo federal a partir de 2003 sob o comando de Ciro Gomes.

Mas não seria o PMDB um tanto aparentado do PFL no que diz respeito ao governismo congênito?

Diante de tal indagação, o senador fica uma fera com a falta de memória e excesso de preconceito (o tom de voz que usa para responder faz qualquer mortal se sentir historicamente ignorante e contemporaneamente preconceituoso) do interlocutor: “Ora, então era só o que faltava essa comparação! Eu fiz oposição junto com o PMDB que hoje pode ter um ou outro desvio de rumo, mas não há o que apague o fato de que o partido foi o grande instrumento para a derrota da ditadura.”

Perfeitamente, mas digamos que há adaptações nesses critérios. É o caso, por exemplo, da aliança do PPS com o PTB (este, instrumento da ditadura, dado a Ivete Vargas por Golbery do Couto e Silva) no Rio. O candidato a prefeito, César Maia, esteve até outro dia no PFL.

Como César também foi do PMDB e começou no PDT, vai ver o PPS considera que no caso dele não vale o critério partidário por mercadoria descartável.

Mas que não se façam certas brincadeiras com Roberto Freire, porque ele leva tudo muito a sério e já sai explicando que César Maia fez na prefeitura uma administração de centro-esquerda, inclusive com muitos companheiros nossos do partidão”.

Se o caso é garantir identidades à esquerda, por que não se aliar logo com o PT de Benedita da Silva? “O PT no Rio não tem tido uma relação muito séria conosco”, diz apenas, recusando-se a detalhar no que consistiria a pouca seriedade da conduta aludida. “Não gosto de estar fazendo acusações.”

Pois, por isso mesmo – e obviamente para preservar suas relações com Ciro Gomes –, ontem o senador que tinha batido forte nas filiações promovidas por Mangabeira Unger em São Paulo, deu uma recuada.

“Eu precisava fazer aquilo para não deixar que o partido fosse desmoralizado e mostrar que no PPS diretriz política tem de ser seguida.” Mas, conciliador, já estava admitindo que Ciro defendeu o amigo Unger por acreditar que pessoas contratadas, e não ele diretamente, tenham sido responsáveis pelas filiações fraudulentas.

Ainda assim, o desfecho do caso paulistano está decidido: o PPS apóia mesmo Luiza Erundina. E a candidatura de Mangabeira Unger?

“Fica para uma próxima vez”, diz Roberto Freire, acentuando na frase o que há nela de fundamental: o artigo indefinido.